

INFORMANDO

Por Lucas Rocha

O ataque internacional contra a força de trabalho (NOAM CHMSKY)



Imagem: confronto entre trabalhadores e a polícia, nos EUA, durante greve em 1934. national archives and records administration

Em muitos lugares do mundo, o dia 1º de maio é uma data em que se comemora o dia internacional dos trabalhadores, ligada à amarga luta dos trabalhadores estadunidenses no século XIX em busca de uma jornada de trabalho de oito horas. O dia 1º de maio passado leva a uma triste reflexão.

Há uma década, uma palavra útil foi criada em honra do dia 1º de maio pelos ativistas sindicais italianos: "precariedade". Referia-se, a princípio, à existência de pessoas trabalhadoras "nas margens" - mulheres, jovens, imigrantes. Logo se estendeu para se aplicar ao aumento da "precariedade" no núcleo da força de trabalho, o "proletariado precário", que padecia os programas de "dessindicalização", flexibilização e desregulamentação, que são parte do ataque contra a força de trabalho em todo o mundo.

Até então, mesmo na Europa, havia uma preocupação crescente sobre o que o historiador do trabalho Ronaldo Munck, citando a Ulrich Beck, chama de "brasilianização do Ocidente"... A proliferação do emprego temporário e inseguro, a descontinuidade e a formalidade relaxada nas sociedades ocidentalizadas que até então foram baluartes do emprego pleno.

A guerra do Estado e as alianças contra os sindicatos se estenderam recentemente ao setor público, com legislação para proibir as negociações coletivas e outros direitos básicos. Mesmo em Massachusetts, favorável aos trabalhadores, a Câmara de Representantes votou, justamente antes do dia 1º de maio, por restringir severamente os direitos dos oficiais de polícia, professores e outros empregados municipais na negociação sobre a atenção à saúde - assunto crucial nos EUA, com seu sistema privatizado disfuncional e altamente ineficiente de cuidado à saúde.

O resto do mundo pode associar o dia 1º de maio à luta dos trabalhadores estadunidenses pelos seus direitos básicos, mas nos EUA essa solidariedade está suprimida em favor de um dia de feriado patriótico. O dia 1º de maio é um "Dia da Lealdade", assim designado pelo Congresso em 1958 para a "reafirmação da lealdade aos EUA e pelo reconhecimento do legado da liberdade americana".

A brutalidade do ataque contra as forças de trabalho pelas classes de negócios dos EUA está ilustrada pelo feito de que Washington, durante 60 anos, se absteve de aprovar o princípio central da lei trabalhista internacional, que garante a liberdade de associação. O analista jurídico Steve Charnovitz o chama de "tratado intocável na política estadunidense" e observa que nunca houve um debate sobre esse assunto.

A indiferença de Washington a respeito de algumas convenções apoiadas pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, na sigla em inglês) contrasta com sua dedicação à defesa dos direitos dos preços de monopólios das empresas, escondidos sob o véu do "livre comércio" em um dos orwellismos contemporâneos. Em 2004, a ILO informou que "inseguranças econômicas e sociais se multiplicam com a globalização e as políticas associadas a ela, à medida que o sistema global econômico se torna mais instável e os trabalhadores suportam cada vez mais a carga, por exemplo, pelas reformas das pensões e de cuidados de saúde".

A crise deixou os EUA com níveis de desemprego real comparados aos da Grande Depressão, e em muitas formas até piores, porque sob as atuais políticas, esses empregos não voltarão, como fizeram pelo estímulo maciço do governo durante a Segunda Guerra Mundial e nas décadas seguintes da "era dourada" do capitalismo estatal.

Durante o período que os economistas chamam de Grande Moderação, os trabalhadores dos EUA se acostumaram a uma existência precária. O aumento da precariedade estadunidense foi orgulhosamente proclamado como um fator primário na Grande Moderação, resultando em um crescimento mais lento, virtual estagnação da renda real para a maioria das pessoas e riqueza além dos sonhos da avareza para um setor minúsculo, uma fração de 1%, em sua maior parte de diretores executivos, gerentes de fundos de cobertura e outros dessa categoria.

O sacerdote supremo dessa magnífica economia foi Alan Greenspan, descrito na imprensa empresarial como "santo", pela sua brilhante liderança. Orgulhando-se de suas realizações, testemunhou perante o Congresso que dependiam em parte de "uma moderação atípica nos aumentos de remuneração (que) parece ser principalmente uma consequência da maior insegurança dos trabalhadores".

O desastre da Grande Moderação foi resgatado por esforços heroicos do governo para recompensar aos seus autores. Neil Barosky, ao renunciar no dia 30 de março como inspetor geral do programa de resgate, escreveu um artigo revelador no The New York Times sobre como funcionava o resgate.

Na teoria, o ato legislativo que autorizou o resgate foi um bom negócio: as instituições financeiras seriam salvas pelos contribuintes e as vítimas de suas maldades seriam compensadas, de certa forma, por medidas que protegeriam os valores domésticos e preservariam as suas propriedades.

Parte do bom negócio foi complicada: as instituições financeiras foram recompensadas com enorme generosidade por ter causado a crise e perdoadas por crimes descarados. Mas o resto do programa fracassou.

O resultado deve surpreender somente àqueles que insistem, ingenuamente, na concepção e execução da política, particularmente quando o poder econômico está altamente concentrado e o capitalismo de Estado entrou em uma etapa nova de "destruição criativa", para pedir emprestada a famosa frase de Joseph Schumpeter, mas com uma modificação: criativa sobre as formas de enriquecer e dar mais poder aos ricos e poderosos, enquanto o resto está livre para sobreviver como pode, enquanto celebra o Dia da Lealdade e da Lei.



*Noam Chomsky é o novo colunista desta seção. Escreve mensalmente para o The New York Times e é professor emérito de Linguística e Filosofia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, em Cambridge. **Revista Carta na Escola, junho de 2011.***

Dr. Google e seus bilhões de pacientes (THIAGO CAMELO)

Uma análise mais cuidadosa da relação de doentes com a internet leva a crer que médicos e cientistas precisam aprender a lidar com a nova geração de enfermos.



Pintura do século 19 retrata visita de médico a casa do paciente. A profissão está longe, bem longe, de ser questionada. Mas muitas pessoas valem-se, atualmente, da pesquisa na internet para entender melhor algumas doenças. (Wikimedia Commons)

Regina Elizabeth Bisaglia, em mais uma consulta de rotina, indicava ao paciente a melhor maneira de cuidar da pressão. Ao mesmo tempo, observava a expressão introspectiva do homem a sua frente. A cardiologista não entendia ao certo a desconfiança em seu olhar, mas começava a presumir o motivo. Logo, entenderia o porquê.

Depois de uma explicação um pouco mais técnica, o senhor abriu um sorriso e o olhar tornou-se mais afável. A médica acabara de falar o que o paciente queria ouvir e, por isso, passava a ser merecedora de sua confiança.

"Entendi. O senhor andou consultando o doutor Google, certo?", disse, de modo espirituoso, Bisaglia. A médica atesta: muitas vezes os pacientes chegam ao consultório com o diagnóstico já pronto e buscam apenas uma

confirmação. Ou mais: vão ao médico dispostos a testar e aprovar (ou não) o especialista.

"Não adianta os médicos reclamarem. Os pacientes vão à internet pesquisar e isso é um caminho sem volta. Informação errada existe em todos os meios, mas eu diria que muitas vezes é interessante que a pessoa procure se informar melhor", diz a cardiologista, com mais de 30 anos de profissão.

"Há momentos em que o paciente não confia no que o médico diz ou se faz de desentendido. Nessas horas, é muito importante que ele perceba que existem mais pessoas falando a mesma coisa e passando pelo mesmo problema e que, portanto, é fundamental se cuidar. Nada melhor do que a conversa na rede para isso", completa a médica.

Discussão antiga

Não é de hoje que a questão do 'doutor Google' e do 'paciente expert' é debatida. Mas se antes a maioria dos argumentos pendia a favor dos médicos e contra a pesquisa dos leigos na área – sob o medo compreensível da automedicação ou dá má informação –, agora o viés da conversa caminha para um olhar mais relativista. Estudos sobre o assunto já propõem, inclusive, que os médicos tenham na sua formação uma espécie de aula especial para lidar com os pacientes internautas.

"Médicos e pesquisadores precisam estar cientes de que a informação está lá fora e que os pacientes estão tentando se educar da melhor forma possível", diz, em conversa por e-mail, a neurocientista norte-americana Katie Moisse.

A cientista também é repórter da *Scientific American* e escreveu, na edição de fevereiro da revista, um artigo que fala justamente sobre a tríade médico-paciente-internet. No texto, Moisse conta a história do cirurgião vascular Paulo Zamboni, que no final de 2009 relatou um experimento que prometia ajudar os portadores de esclerose múltipla. A questão: Zamboni estava no início da pesquisa e não tinha, até o momento, feito testes rigorosos o suficiente para colocar sua técnica em prática.

Em outros tempos, diz Moisse, poucas pessoas teriam acesso ao estudo. Não foi, naturalmente, o que aconteceu com o cirurgião, que se viu pressionado por grupos de pacientes e seus familiares para disponibilizar, o quanto antes, o procedimento desenvolvido por ele.

Esse fenômeno também não é recente. O primeiro 'motim' de um grupo de doentes para que resultados de pesquisas fossem liberados e aplicados rapidamente é amplamente conhecido na literatura médica: na década de 1980, os infectados pelo vírus da Aids não se conformavam com a ideia de que, enquanto pacientes morriam aos milhares, poucos tinham acesso aos primeiros medicamentos (à altura, ainda em fase de teste).

Um verdadeiro grupo de ativistas, alguns com e outros sem a doença, formou-se e, se a relação entre médico e paciente mudou desde então, muito se deve a esses manifestantes.

Novo fenômeno

Hoje, a internet propicia a formação de grupos sobre não apenas uma, mas várias doenças: salas de discussão, fóruns e páginas sobre as mais diversas patologias. Um dos sites mais conhecidos é o Patients like me (Pacientes como eu, em português), uma rede social com quase 50 mil pessoas que reúne pacientes com os mais diversos problemas. O objetivo, como a maioria dos grupos, é o de trocar informação sobre doenças e, também, encontrar alento e apoio naqueles que partilham o mesmo sofrimento.

"A internet certamente faz do mundo um lugar menor. É uma oportunidade maravilhosa para as pessoas compartilharem ideias. Algumas redes de pacientes usam a internet para coletar dados e, até mesmo, publicá-los em periódicos revisados por pares", conta Moisse. Em alguns casos, os portais sobre doenças – sejam elas nada letais como a psoríase ou extremamente perigosas como a hepatite C – podem ajudar o paciente a se inteirar mais sobre a doença que, anteriormente, desconhecia.

"A informação disponível na internet pode trabalhar a favor da saúde, como o caso de uma pessoa que descobre que a sua timidez excessiva pode ser na verdade um quadro de transtorno de ansiedade, um transtorno psiquiátrico que tem tratamentos de eficácia comprovada", diz o psiquiatra Rafael Freire.

É a mesma linha defendida pelo biólogo e neurocientista Daniel Cadilhe, responsável pela mediação entre o leitor-paciente e o portal do Laboratório Nacional de Células-tronco Embrionárias.

"No Orkut há uma comunidade com quase 26 mil membros sobre o assunto [células-tronco]. Chegam perguntas diariamente sobre possibilidades de tratamentos utilizando o que estudamos. Tentamos responder da forma mais clara, realista e responsável possível, sempre passando a informação verdadeira ou indicando quem poderá ajudar a tirar a dúvida", explica Cadilhe, absolutamente ciente do reboliço que causam as palavras 'células-tronco embrionárias'.

A grande maioria dos especialistas, como era de se esperar, dá o mesmo conselho para o paciente na hora de pesquisar e se juntar a grupos na internet: seja responsável, busque as melhores referências e procure saber quem está dando a informação. E ainda: lembre-se de que nem sempre o que se deseja ler/ouvir é o diagnóstico correto. Como diz, com certo humor, a cardiologista Regina Elizabeth Bisaglia, a primeira busca na internet pode ser a mais simplória: "A pesquisa mais importante na rede é o nome de um bom médico para se consultar".

THIAGO CAMELO é jornalista e escreve para o **Ciência Hoje On-line**. Texto de fevereiro de 2011. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/noticias/2011/02/dr.-google-e-seus-sete-bilhoes-de-pacientes>

A Amnésia de Sarney e os arrancadores de unhas (MALU FONTES)

TODAS AS PESSOAS envolvidas em estudos e pesquisas sobre as relações entre a sociedade e os meios de comunicação de massa conhecem a máxima segundo a qual um fato, para de fato acontecer, precisa ser veiculado na mídia, esse termo genérico em que cabe tudo: jornal, televisão, revista, site, blog, etc. Não há constrangimento nem pruridos para admitir que, na prática, essa máxima é mais verdadeira do que se desejaria admitir. Se algo não foi noticiado nos jornais nem veiculado na televisão, é como se nunca tivesse acontecido, exceto para os indivíduos diretamente envolvidos no fato.

EX-TUDO - No Brasil, talvez venha daí, dessa atribuição às mídias o papel de guardiã da memória, e não sem uma colaboração imensa dos níveis de escolaridade e letramento baixíssimos da população, a consequência mais danosa: a memória da sociedade brasileira parece ter a duração e a permanência de uma chamada na TV, de uma notícia no jornal. Como os escândalos, as tragédias e naturalmente todos os fatos se sucedem por novos e outros a cada instante e dia, nada parece sobreviver no imaginário social quando deixa de ser do interesse para as manchetes dos veículos de comunicação. E nesse aspecto é bom reiterar a natureza dos meios de informação: não lhes cabe repetir a cada dia o mesmo e já noticiado fato, pois o conceito de notícia equivale justamente a dar publicização ao que ainda não foi dito, visto, narrado, etc. Ou seja, se a memória da sociedade exige a tutela permanente da mídia para que só assim um fato político, trágico, social, econômico se mantenha vivo, há algo de muitíssimo esquisito ocorrendo com a percepção social e não apenas com os meios de comunicação.

Nesta semana um fato, mais uma vez protagonizado pelo já icônico José Sarney, uma espécie de ex-tudo neste país e que nunca deixou de ser o todo poderoso da vez, agora despachando na Presidência do Congresso, escancarou o respeito que se tem no Brasil à preservação da memória dos fatos. O presidente do Senado, longe de manifestar qualquer constrangimento com isso, inaugurou um painel com a linha do tempo e dos fatos mais importantes ocorridos naquela casa em sua história. Por alguma conveniência, os responsáveis por contar a história do Senado acharam por bem reescrever a História do Brasil e excluíram somente o impeachment do ex-presidente da República Fernando Collor de Mello. A imprensa encurralou Sarney para saber da razão de tamanho despautério e, como sempre, com sua verve de coronel maranhense laureado pelo fardão da Academia Brasileira de Letras, o senador pelo Amapá foi de uma obviedade insultante. Disse que não via problema algum no fato de o impeachment ter sido excluído: "aquilo foi um acidente, algo que já passou e que não deveria ter acontecido". Aula magna de como apagar a História com uma dose cavalgar de cinismo.

ARRANCAR UNHAS - A imprensa, agora com um coro fortalecido pelos blogs e pelas redes sociais, fez um escarcéu em torno da amnésia apadrinhada por Sarney e, no dia seguinte, o pai de Roseana e Zequinha voltou atrás para dizer meio que, se era para a felicidade geral dos reclamantes de plantão, ok, ele engolia em seco e fazia essa concessãozinha, incluindo o tal do impeachment. E, a mirar-se no exemplo de Sarney, não demorará muito a algum adorador só do presente propor que os brasileiros esqueçam que um dia houve nesse país uma ditadura militar que torturou e matou a dar com o pau, literalmente. Há dois anos um dos maiores jornais brasileiros já escreveu que a ditadura no Brasil esteve mais para uma ditabranda. E esta semana, o sempre vociferante de raiva Lobão, cada vez mais acometido por um ódio imenso contra tudo o que diz respeito à MPB, resolveu flertar em defesa da ditadura.

Numa entrevista, o cantor defendeu a tese de que está mais do que na hora de o Brasil rever seus conceitos sobre a ditadura, pois não seria, segundo ele, admissível que o país tenha anistiado os militantes de esquerda que sequestraram um embaixador e queira agora atirar às barras dos tribunais para julgamento os militares que praticaram tortura apenas porque estes arrancaram umas unhas (sic). Chama Sarney, Lobão, que o senador provavelmente vai dizer que arrancar unhas foi somente um incidente, que isso já passou e que é um absurdo julgar alguém porque muita gente morreu de 'arrancamento' de unha em sessões de tortura e a família sequer sabe onde os corpos de seus parentes foram parar.

Pelo que os telejornais mostram todos os dias (sim, porque brasileiro parece se aproximar da sua história e da dos outros somente se a televisão e a mídia proporcionarem esse encontro), no resto do mundo todos os povos desejam não apenas rever sua história, mas, sobretudo fazer justiça contra torturadores. Para citar apenas exemplos mais próximos, tem sido assim no Chile e na Argentina. No Chile, para rever a história não a favor, mas contra os ditadores, acabaram de exumar pela segunda vez o corpo de Salvador Allende, o presidente morto no Palácio de La Moneda durante o golpe de estado dado pelo general Augusto Pinochet. Durante a semana, o mundo acompanhou o périplo do general torturador sérvio levado para julgamento na corte internacional na Holanda. Enquanto isso, aqui a história é apagada sob as benesses de um dos homens mais poderosos da República, amadíssimo, na época, pelos arrancadores de unhas, e um roqueiro rebelde, pop e moderninho se perfila voluntariamente se não defensor, mas como atenuador da prática da tortura. Brasil, esta é a tua cara.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 05 de junho de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com

Prof. Lucas Rocha

"Leave the kids alone" (LUIZ FELIPE PONDÉ)

DE FATO existem pessoas racistas. Homofóbicas, antissemitas (que hoje em dia se escondem atrás do antissionismo), que não gostam de pobres e de nordestinos. Pessoas assim barateiam o debate contemporâneo, assim como as que simplificam as trincheiras teóricas em que vivemos nos últimos anos, jogando tudo no mesmo saco do "reacionarismo". Como se o mundo permanecesse nos limites de um "centro acadêmico em guerra contra a repressão da ditadura".

Acho que muita gente tem saudades dos tempos da ditadura porque se sabia onde estava o mal. Será mesmo? Nem tanto. Muita gente ainda não sabe que a luta armada no Brasil foi feita por pessoas que queriam fazer do país uma ditadura de esquerda. Tivessem eles vencido, estaríamos hoje numa grande Cuba. Mas como seria bom se o mundo fosse simples assim, preto no branco, amigos e inimigos, bons e maus. Não é. Na maior parte do tempo é cinza e confuso. O debate ao redor do "politicamente (in)correto" incendeia a mídia. Pessoas querendo "mudar" Monteiro Lobato, querendo "curar" gays e "decretar" que não devemos corrigir o português dos pobres porque isso é ruim pra autoestima deles.

Tenho preconceito contra essa gente que vive pensando na "economia da autoestima", sorry... Tomemos como exemplo o debate sobre a luta pelos "direitos gays". O STF aprovou a união civil dos homossexuais. Vou mais longe: acho que deveriam ter o direito de se casar também e de ter filhos. E de ir às reuniões chatas de "pais e mestres". E de ficar pobres como os héteros por causa dos filhos. E de descobrir que pouco importa sua "visão de mundo", você estará sempre errado diante de um filho que cresceu.

Acho que quem "bate em gay" deve pagar não porque bateu num gay, mas porque gay é gente como todo mundo. Sou contra leis especiais que protejam gays. Complicado? Sinto muito.

Se um professor interrompe um menino e uma menina que se beijam na sala de aula é ok, mas, se fossem dois meninos, seria "homofobia"?

Hoje os jovens (e todo mundo) têm medo de dizer qualquer coisa que não seja "gay é lindo". Não há nada de revolucionário em ser gay, nem existe uma "comunidade gay". Gays são pessoas atoladas nas mesmas misérias e erros humanos. Neuróticos, como todo mundo, com sofrimentos específicos. E aí chegamos a uma questão que me parece muito representativa dos equívocos do debate ao redor da "questão gay" (um belo exemplo do fascismo do politicamente correto): o pretenso direito de o Estado querer discutir "a heterossexualidade como normatividade sexual".

Intenções como essas representam a tendência totalitária do Estado moderno em querer se meter em assuntos que não são da sua competência. O governo não tem que se meter a dizer a ninguém o que é "sexualidade normal". Isso é um crime contra a liberdade. E isso vai acabar "batendo" na sala de aula. E, como ninguém sabe direito o que está fazendo na sala de aula, essa nova "modinha" vai pegar.

Já disse em outras ocasiões que sou contra a tal da educação sexual quando pretende discutir "ideologias sexuais". Como pai, tenho todo o direito de suspeitar da sanidade mental de uma professora de educação sexual, porque em matéria de sexo todo mundo é mal resolvido. Se as famílias são um lixo e por isso exigem das escolas o que elas não podem dar, as famílias das professoras também são um lixo.

Imaginemos uma aula de educação sexual na qual vá se "questionar a normatividade" (ou normalidade) da heterossexualidade. Como seria uma aula dessas? Que tal assim? Meninos e meninas colocando com a boca uma camisinha num pênis de plástico para, quem sabe, perceberem que meninos também podem gostar de fazer sexo oral em meninos.

Ninguém tem o direito de fazer isso. Nem pai, nem mãe e muito menos professores que, provavelmente, ao se dedicarem a isso, "provam" suas pequenas taras.

O Estado deve dar o direito aos gays de viverem como os héteros e mais nada. Não deve se meter a dizer o que é normal. As pessoas têm o direito de sentir o mal estar "que quiserem". E deixem os filhos dos outros em paz.

ponde.folha@uol.com.br - Folha de São Paulo, junho de 2011.

Processo penal mais eficiente e humano (MÁRCIO THOMAZ BASTOS e PIERPAOLO CRUZ BOTTINI)

RECENTEMENTE, foi sancionada -após dez anos de tramitação - a lei nº 12.403/11, que trata da prisão preventiva e de outras cautelares penais, merecedora de atenção.

A legislação processual penal brasileira é antiquada. Além de contribuir para a morosidade das discussões, guarda resquícios de modelo autoritário, ultrapassado e pouco afeito a garantias individuais. A racionalidade e a eficiência na aplicação do direito penal exigem um novo marco legal, que evite a eternização dos debates e a impunidade pela prescrição, mas que, ao mesmo tempo, assegure direitos fundamentais e a dignidade daqueles que são acusados mas ainda não foram condenados.

A nova lei segue essa lógica ao regulamentar as medidas cautelares pessoais no processo penal.

Cautelares pessoais são aquelas decisões do juiz, tomadas durante o processo, para impedir que o réu destrua provas, intimide testemunhas ou impeça a execução da pena, sempre que existam veementes indícios desses elementos. Até agora, para assegurar a ordem no processo, o juiz dispunha de uma única cautelar: a prisão preventiva. O sistema processual vivia uma medíocre dualidade: ou o juiz decretava a prisão do acusado ou não determinava medida alguma. Muitas vezes, a simples apreensão de um passaporte seria suficiente para impedir a fuga do réu, mas o juiz não dispunha dessa alternativa - ou prendia o acusado ou não agia. Agora, o Código de Processo Penal possibilita o uso de várias outras medidas menos agressivas que a prisão para controlar a ordem processual.

Permite-se, dentre outras, a suspensão do exercício de função pública, a decretação de prisão domiciliar, a proibição de acesso a determinados lugares ou de manter contato com pessoas específicas e o monitoramento eletrônico, usado para controlar o cumprimento das medidas fixadas pelo juiz.

A prisão preventiva continua prevista, mas deixa de ser a cautelar única. Seu uso será limitado aos casos mais sérios, sempre que o juiz constatare grave tumulto à ordem processual causado pelo réu ou quando as outras medidas tenham sido descumpridas. Além de assegurar a proporcionalidade, a nova regra contribui para diminuir o impressionante número de presos provisórios no Brasil - 32% dos 470 mil presos são provisórios, sendo que tal número cresceu 247% nos últimos dez anos.

Outra novidade que merece destaque e atenção é a salutar proibição da decretação de prisão preventiva nos crimes punidos com pena igual ou inferior a quatro anos.

A inovação faz todo o sentido. Os condenados por esse tempo de prisão não vão presos ao final do processo. Sua pena, pela lei, é substituída por restrição de direitos. Ora, se mesmo com a condenação o réu não será preso, não é lógico restringir sua liberdade durante o processo, antes da decisão final do juiz.

Em síntese, as novas regras não apenas concretizam direitos fundamentais como conferem racionalidade ao sistema processual. Evitam-se longas discussões sobre a qualidade das medidas cautelares, e, ao mesmo tempo, não se banaliza a prisão, reservada a casos mais graves, aos réus mais perigosos. O processo judicial brasileiro ainda precisa de transformações, mas a nova lei é bem-vinda: ela é mais um passo em direção a um sistema penal mais célere, razoável e civilizado.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS, advogado criminalista, foi ministro da Justiça (2003-2007). **PIERPAOLO CRUZ BOTTINI**, advogado, é professor doutor de direito penal da Faculdade de Direito da USP. Foi secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2005-2007). **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

SEXO & SAÚDE

Cigarro continua atraente para jovens (JAIRO BOUER)

Na semana passada comemorou - se o Dia Mundial sem Tabaco. E o Brasil tem motivos para festejar: nas últimas décadas houve uma diminuição significativa no número de fumantes no país. mas, infelizmente, a única faixa de idade em que o número não caiu foi entre os fumantes menores de 18 anos. Por quê?

Você já deve estar cansado de saber que 90% dos adultos que fumam hoje iniciaram seu contato como cigarro antes dos 18, a maioria deles ainda antes dos 15. aqui vale a máxima de qualquer tipo de droga: quanto mais cedo acontece o contato do jovem com a substância, maiores os riscos de abuso ou de dependência.

O adolescente tem fragilidades emocionais e físicas que favorecem o estabelecimento da dependência. assim, por exemplo, um garoto quer fumar para impressionar as garotas, para se encaixar em um grupo de amigos, para copiar um comportamento mais adulto, por curiosidade ou porque vai se achar mais descolado, entre outros fatores.

A queda do número de fumantes no país tem a ver com a série de medidas: a ciência e a mídia mostraram claramente os efeitos nocivos do cigarro, os maços trazem imagens de advertência, sumiu a propaganda de cigarro na TV, o patrocínio de cigarro a eventos culturais e esportivos foi proibido, a lei banuiu o fumo em locais fechados e empresas oferecem tratamentos para funcionários que querem parar de fumar.

Mas algumas outras situações ainda poderiam acontecer: a venda de cigarro para menores (que é proibida) deveria ser mais fiscalizada, a publicidade poderia sumir também dos pontos de venda (bares, botecos) e os cigarros aromatizados (menta, canela, cravo etc.) deveriam ser proibidos, já que eles disfarçam o gosto "ruim" do cigarro e podem aumentar o número de jovens que fumam.

Mas, acima de proibições, novas leis e maiores restrições, deve estar a atitude do jovem em perceber que a imagem e o "glamour" que o cigarro vende são artificiais, e que os riscos para sua saúde são bem reais!

jbouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, junho de 2011.

Quem precisa de energia-ameaça nuclear? (JOÃO ALVES FILHO)

O ACIDENTE DE FUKUSHIMA deveria ser a pá de cal a sepultar projetos de geração nuclear de energia elétrica, não fossem os rumos da civilização guiados pela insensatez. Do ponto de vista da raridade de tais acidentes, o argumento da segurança na geração dessa energia não se sustenta.

O professor de física da USP José Goldemberg afirma que, desde Chernobyl, inúmeros "incidentes" têm ocorrido e que "a probabilidade de acidentes maiores cresce com a proliferação das usinas". O descontrole dos fenômenos climáticos, por conta do aquecimento global, torna impossível garantir a manutenção, em equilíbrio permanente, de uma central nuclear com todo o lixo radioativo sob duvidoso controle, à distância do ambiente.

Como não existe meio viável de descarte de resíduos e como não há garantia segura de isolar o material do ambiente por tanto tempo, até o decaimento da meia-vida dos elementos radioativos, é inconsequente espalhar tais elefantes brancos enquanto se transfere às futuras gerações a responsabilidade da manutenção.

Apesar da raridade das catástrofes com termonucleares, as anomalias e incidentes com as centrais são comuns, provocando duradoura contaminação ambiental, a exemplo do que ocorreu em 2008 com usina nuclear francesa em Avignon, que despejou nos rios da região 30 m³ de líquido com urânio, contaminando até o lençol freático. O governo proibiu a população da cidade de Tricastin de beber a água desses rios ou de usá-la para irrigação e lacrou poços artesianos.

Analisando a situação, avalia-se a insânia de o governo federal anunciar a implantação de usina às margens do rio São Francisco. Imagine-se ali um vazamento desse nível - o que não é impossível, já que ocorreu em centrais de diferentes países. A tragédia daí decorrente seria de tal ordem que o recente desastre japonês seria irrelevante, porquanto no mínimo 10 milhões de nordestinos abastecidos pelo rio migrariam, promovendo a maior diáspora do mundo.

O Brasil tem situação privilegiada na geração elétrica barata, não poluente, renovável e sem riscos à população. Temos potencial invejável para gerar 260 mil MW por hidrelétricas, dos quais não mais de 30% foram utilizados; dispomos da cana, da qual produzimos o etanol com tal êxito que, juntamente com o bagaço, valioso subproduto, já participa com 18,2% do total da matriz energética, à frente dos 15,2% da energia hidráulica.

Há ainda uma variada biomassa capaz de suprir a demanda por diesel, em montante sem similar no planeta - dendê, babaçu, mamona, soja etc. Mais: 140 mil MW potenciais de energia eólica, além da energia solar e de marés. É um verdadeiro crime de lesa-pátria admitir-se que, com a nossa fantástica riqueza de alternativas energéticas, necessitemos da construção de usinas nucleares para gerar energia cara, poluente, não renovável e de alto risco.

JOÃO ALVES FILHO é engenheiro civil. Foi governador de Sergipe por três mandatos (1983-87, 1990-94 e 2003-06) e ministro do Interior, responsável pela área ambiental (gestão Sarney). É autor de, entre outros livros, "Transposição de Águas do São Francisco: Agressão à Natureza vs. Solução Ecológica". **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

O lugar dos filhos na família (ROSELY SAYÃO)

"A PARTIR DE QUE IDADE posso pedir à minha filha, agora com sete anos, que ajude nas tarefas de casa?" "Minha filha de 19 anos me pediu um carro para ir à faculdade, mas acho que ela deve conquistar isso com seu próprio esforço. O problema é que, financeiramente, eu poderia fazer isso, e ela não se conforma com minha negativa. Será que estou errado?"

Essas duas dúvidas, encaminhadas a mim por uma mãe e por um pai, parecem bem diferentes, não é mesmo? Afinal, trata-se de uma criança e de uma jovem. Além disso, no primeiro caso a demanda é da mãe; no segundo, da filha. Entretanto, ambas permitem boa reflexão a respeito do lugar que destinamos aos filhos na família.

De alguns anos para cá, parece que a missão dos pais em relação aos filhos é tornar a vida deles boa, fácil, confortável, rica em consumo de diversos tipos, a mais parecida com a de seus pares e, acima de tudo, feliz e prazerosa. Em troca de tudo isso, poucas coisas, todas interligadas: que sejam bons alunos, tirem boas notas, passem no vestibular e arrumem um trabalho com boa remuneração.

Fazer parte do grupo familiar e demonstrar isso cumprindo seus rituais, assumindo suas obrigações, compartilhando seus princípios, valores e tradições tornaram-se questões que, pelo jeito, os pais hesitam em repassar aos filhos. As perguntas feitas pelos leitores ilustram bem isso. Arrumar sua cama, retirar o prato da mesa, colocar as roupas no local a elas destinado parecem tarefas que não cabem mais aos filhos. Ou, no mínimo, elas suscitam muitas dúvidas em seus pais.

Será que estes devem ou podem exigir que seus filhos adolescentes compareçam a um mínimo de encontros familiares, ou que respeitem as regras da casa ou, ainda, que eles se contentem com o fato de não

terem tudo o que os pais poderiam lhes dar? Creio que não é grande o número de pais que respondem afirmativamente, e sem pensar muito, a tais questões. É que a maioria considera que os filhos precisam estudar e se divertir, estar com os amigos, que têm o direito de ter tudo o que seus pais não tiveram e que agora podem lhes oferecer etc.

Não ocorre de imediato aos pais que o fato de alguém ser filho ""e fazer parte, portanto, de uma família"" é algo que acarreta ônus e bônus. Assim é a vida em relação a tudo, não é, caro leitor? Ter um nome, um sobrenome, um tipo de vida, pertencer a uma panelinha como é a família e conviver com seu grupo social têm lá seus benefícios. E as responsabilidades correspondentes, nada? Levar os estudos sempre em frente, mesmo que com alguns tropeços ""o que, aliás, é prerrogativa de quem ocupa o lugar de aluno"", não é nada mais do que formação, aprendizado de vida. Faz parte, portanto, dos benefícios recebidos por fazer parte daquela família.

É com o cumprimento das obrigações familiares, que vão do comparecimento ao almoço de domingo ou coisa que o valha à colaboração com as tarefas domésticas, passando pela convivência com os parentes mesmo sem apreciar muito a companhia deles, que os filhos respondem ao fato de terem um grupo de pertencimento. E isso é um aprendizado que, como qualquer outro, às vezes se mostra chato, maçante e até um pouco desagradável. Mas, lá na frente, em um futuro que pode estar próximo, poderá fazer toda a diferença na vida dessa nova geração.

Afinal: estar em qualquer lugar do mundo, sem a presença física de qualquer integrante da família, mas saber que, caso seja necessário, você pode acionar ou ser acionado por qualquer um deles, é algo reconfortante que dribla a inevitável solidão humana e produz serenidade.

ROSELY SAYÃO é psicóloga e autora de "Como Educar Meu Filho?" (Publifolha) **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

O leão e a minissaia (MARCELO COELHO)

POR MAIS opostas que sejam, manifestações e marchas em defesa disso ou daquilo têm pelo menos uma coisa em comum: suas palavras de ordem são bastante previsíveis. Um movimento por maiores salários de professores certamente terá cartazes dizendo "reajuste já", ou coisa parecida. Se for contra a presença americana no Iraque, o velho "yankee go home" e suas variantes terão de aparecer.

Uma manifestação contra a homofobia terá, aposto, placas de "abaixo a homofobia". Você pode ser contra ou a favor, mas dificilmente uma frase de passeata vai ajudar você a mudar de opinião.

Vi na internet várias fotos da chamada "Marcha das Vagabundas", ou "Marcha das Vadias" (qual será o correto?), ocorrida sábado passado em São Paulo. Ali, aconteceu uma coisa rara. Slogans criativos e frases que, a mim pelo menos, fizeram pensar. O movimento afirma o direito de as mulheres se vestirem de modo "provocante" (e o termo já assume agora conotações machistas para mim), sem terem de passar por constrangimentos ou coisa pior. Eis o que dizia um dos cartazes da marcha: "Acredite ou não, minha saia curta não tem NADA a ver com você". A ficha caiu, não sem alguns arranhões internos, no meu cérebro de meia-idade.

Nada a ver comigo? Nada mesmo? Rememorei brevemente várias das saias curtas que vi ao longo da vida. E era verdade: por mais que eu quisesse, não queria nada comigo. Fui ignorado, fui desprezado na maior parte das vezes; confesso que frequentemente tomei isso como ofensa pessoal. Minha reação, na teoria pelo menos, foi reagir como todo machista padrão. "Se elas se vestem assim, como é que não querem que eu me interesse?" Mas a ficha, ao cair, deu sua resposta a essa questão. Há muitas razões, fiquei pensando, para uma mulher usar uma minissaia espetacular. Pode estar se mostrando linda para o namorado, para ela mesma, ou para o mundo - o mundo em geral...

Acontece que o "machão", ou, arrisco-me a dizer, a maioria dos homens, sente-se pessoalmente interpelado pela minissaia da mulher belíssima. "É comigo", pensa ele. "Afim, não sou o centro do mundo?" Não é um jogo de palavras dizer que, ao longo de séculos, o homem se viu sempre na situação de "sujeito" das ações, de "sujeito" da frase. Na maioria das vezes, e quase automaticamente, quem dizia "eu" já estava ocupando a posição masculina. Eu te quero, eu te amo, eu vou, eu faço, eu digo. Você diz sim, você dá, você fica, você ouve, você obedece. Alguma dúvida de que, ainda hoje, associamos esse "eu" ao homem, e esse "você" à mulher? O slogan da marcha foi eficaz, acho, porque seguiu precisamente o modelo da "interpelação". O homem que se sente interpelado pela minissaia foi, agora, interpelado pelo slogan: a minissaia não tem nada a ver COM VOCÊ.

O "sujeito-macho" ainda tem, contudo, uma resposta alternativa. Não, nunca me senti o centro do mundo, não acho que a minissaia traga alguma mensagem específica para mim.

O problema é que, ora bolas, não sou apenas um sujeito individual. Sou um sujeito "da espécie" masculina. Um internauta, citado no blog "Escreva Lola escreva", argumenta nesses termos. Imagine que um leão faminto se vê, de repente, diante de uma picanha. Pior: que alguém ofereça a picanha para ele. Seria pedir demais que ele dominasse os seus instintos e "respeitasse" a picanha.

Há diversas respostas a essa linha de argumentação, a começar pela de que somos seres humanos (e não leões) exatamente porque domamos o instinto sexual e o de sobrevivência. Não fosse assim, faríamos sexo com pai, mãe, irmãos e irmãs, e todos se matariam depois. O principal, contudo, está no fato de que o raciocínio pressupõe que homens e mulheres são espécies biológicas diferentes. Predador e presa, leão e gazela.

Mais ainda: sempre desconfio quando alguém se diz dotado de instintos poderosíssimos. Ele os governa, claro, senão já teria sido preso. E pode até ser que ele, no fundo, duvide de seus superpoderes. A cada minissaia que ele não agarra, sente-se menos macho do que gostaria. O leão faminto nem sempre está com seus dentes muito afiados. A minissaia sabe disso também - e provavelmente é por esse motivo que o leão a xinga tanto.

coelho@uol.com.br - Folha de São Paulo, junho de 2011.

Síndrome de Fukushima (CONTARDO CALLIGARIS)

EM 12 E 13 DE JUNHO, os italianos votarão, num referendo, a favor ou contra o uso da energia nuclear. Portanto, em Veneza, na semana passada, o assunto corria pelas ruas. Tanto mais que, entre as possíveis sedes de uma usina nuclear, há Chioggia, numa das duas entradas da laguna, a 20 km da Piazza San Marco.

Por um momento, imaginei um futuro em que hordas de turistas deambulariam pelos "campi" da cidade de macacão branco e capacete de astronauta. Não é novidade: também já imaginei como seria fazer esqui náutico nas águas de Angra vestindo o mesmo macacão e o mesmo capacete. Em Veneza, durante a Bienal, é frequente que casas e comércios vazios hospedem uma obra ou uma exposição. Num desses espaços, bem perto de um estande da campanha antinuclear, visitei "Memory of Books" (memória de livros), de Chiharu Chiota, uma artista japonesa que mora na Alemanha.

A obra apresenta um escritório, com cartas e livros cobertos por uma gigantesca teia de aranha: é como se enxergássemos nossa vida (inclusive os esforços de nosso pensamento) na nostalgia, depois de nosso sumiço da face da terra, pessoal ou coletivo. Veja em <http://migre.me/4JyrK>.

Bom, esse era meu estado de espírito quando assisti à primeira palestra de "The State of Things" (o estado das coisas), uma série de conferências que é uma das contribuições da Noruega à Bienal de Arte. Na introdução, Marta Kuzma, diretora da entidade norueguesa que se ocupa de arte contemporânea, falou da "síndrome de Fukushima" como traço específico de nossa época. Logo, tomou a palavra Jacques Rancière, filósofo francês que aprecio e leio; o título da conferência era "In What Time Do We Live?" (em que tempo vivemos?). Rancière falou muito rapidamente e num inglês de sua invenção própria (ao menos foneticamente). Não entendi nada, mas acabei gostando, justamente porque não foi uma palestra, foi uma performance artística, uma demonstração lúdica de que nosso melhor pensamento, diante da complexidade do tempo em que vivemos, não passa de uma agitação sonora no dia depois da queda de Babel.

De repente, a expressão de Marta Kuzma me pareceu adquirir um novo sentido. A síndrome de Fukushima não designa os problemas dos quais padeceríamos por escolher o nuclear; ela designa a condição geral de nossos esforços discursivos e intelectuais (e também de nossa ação, claro) num mundo que apresenta sempre (e no mínimo) a mesma complexidade do acidente da usina nuclear japonesa.

Você se lembra da valsa de notícias e explicações depois do acidente? Teve um reator que vazou, mas está contido; não, parece que tem outro que está pior; por sorte, o resfriamento está funcionando; não, não está; a população não corre perigo; a população está sendo evacuada; não tem vazamento; só tem um pouco de radiações na terra ao redor da central; tem também nos legumes; tem no mar; não foi o terremoto, foi o tsunami; não foi o tsunami, foi o terremoto; é Tchernobil, de novo; não, é mais tipo Goiânia etc.

Certo, houve uma vontade de não alarmar excessivamente as populações, quem sabe negando a gravidade do que estava acontecendo, mas não acredito em nenhum plano explícito de ocultação. A ideia de um complô do silêncio seria, aliás, uma grande consolação, pois, se houvesse complô, haveria um desvendamento possível da verdade dos fatos e das responsabilidades. Quem dera. De fato, a dificuldade contemporânea (mas que eu não trocaria por nenhuma volta ao passado) não é tanto o silêncio imposto (de fora ou de dentro) quanto o excesso de variáveis. E quanto maior for o número de variáveis que contam na nossa visão da realidade, tanto mais vão ser o trabalho de entender e inventar conceitos.

"Conceito", aliás, vem do latim "cum capio", que sugere a ideia de conseguir pegar várias coisas ao mesmo tempo, num punho. Talvez a culpa seja nossa, por querermos e sabermos levar em conta demasiados fatores (ingredientes?) na hora de entender e decidir, mas o fato é que a realidade contemporânea se parece com uma meleca maluca: quando você aperta a mão, ela passa entre os dedos e foge da presa.

É isso que fiquei com vontade de chamar de síndrome de Fukushima, o efeito de uma complexidade (nas coisas e na gente) que pode transformar os discursos teóricos em performances sonoras.

Por um país desenvolvido e justo (MOREIRA FRANCO)

A NOSSA MISSÃO INSTITUCIONAL de olhar para o futuro e construir soluções de médio e longo prazo pode dificultar, às vezes, a correta compreensão do que estamos fazendo na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). A ação da SAE, um trabalho coletivo movido pelo interesse público, visa definir políticas que estejam ao alcance dos três níveis de governo e que nos permitam construir país desenvolvido e justo.

Nesse trabalho, as críticas são, certamente, muito bem-vindas. Até mesmo as que tragam o travo da incompreensão. Nos últimos anos, mais de 40 milhões de pessoas deixaram a pobreza e passaram a fazer parte da nova classe média. A velocidade com que tudo se deu é impressionante. O Brasil tornou-se o país que mais reduziu a desigualdade em todo o mundo. Diminuímos a taxa de mortalidade e somos também o líder mundial no esforço de inclusão social.

Para se ter uma dimensão dessas conquistas, basta lembrar que o governo bateu a meta de cortar a extrema pobreza pela metade em 2006, quase uma década antes do estipulado. Se houve inovação nos oito anos do presidente Lula, agora o momento exige mais. Precisamos construir novos valores e agregar novas ferramentas para manter e ampliar as conquistas sociais. A cada vitória, um novo obstáculo se impõe.

A formulação de uma nova geração de políticas públicas é fundamental para assegurar a estabilidade das classes emergentes e erradicar a pobreza. Com essa preocupação é que a SAE, órgão da Presidência e um dos polos de criação de políticas públicas do governo federal, busca construir no presente as soluções para o futuro do país.

O resultado tem sido estimulador. Na área social, por exemplo, a SAE está engajada na concepção de um mosaico de medidas inovadoras que possibilite a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades de forma permanente. A partir das inegáveis conquistas obtidas nos últimos anos, estamos colaborando intensamente no desenho de uma segunda geração de políticas públicas, que tem como desafio o incremento acentuado da proatividade dos instrumentos de proteção social e a garantia da conectividade entre os programas dedicados à família brasileira, esteja ela vivendo na extrema pobreza ou na nova classe média.

No caso da primeira infância e da juventude, tais políticas, além de compor um conjunto contínuo e integrado de ações, devem observar as diferentes vocações e preferências pessoais, diversificando as medidas protetivas de forma a garantir um desenvolvimento pleno e sadio. Criativa na formulação social, a secretaria tem colaborado na área da defesa, com participação marcante em diversas iniciativas, como a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa.

No momento, além de atuar na preparação do "Livro Branco de Defesa Nacional", voltamos nossa atenção à construção de política de desenvolvimento para a indústria de defesa, que constitui, por certo, questão crucial para o avanço tecnológico e econômico do país. Esses são alguns dos projetos sobre os quais estamos trabalhando e para os quais, de forma cada vez mais intensa, mobilizamos a contribuição dos melhores especialistas, estejam onde estiverem.

WELLINGTON MOREIRA FRANCO, sociólogo, é ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Foi deputado federal pelo PMDB-RJ, governador do Estado do Rio de Janeiro e prefeito de Niterói. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

É correta a decisão de abrir o mercado de TV a cabo para empresas de telefonia? NÃO

Proposta surge em momento inadequado (ARTHUR BARRIONUEVO)

A ENTRADA DAS CONCESSIONÁRIAS de telecomunicações fixas no setor de TV a cabo não deveria ser feita desta forma. A decisão do conselho diretor da Anatel de realizar consulta pública mudando a regulamentação do cabo, o que permitirá que operadoras de serviço telefônico fixo comutado (STFC) adquiram licenças de TV a cabo, parte de um equívoco e é colocada em um momento inadequado.

Em primeiro lugar, a justificativa para essa mudança seria incentivar a competição na indústria de cabo em um ambiente de convergência de serviços, liberando licenças e aplicando ao setor o conceito de poder de mercado significativo (PMS).

Ora, não existe mercado de TV a cabo, e sim de TV por assinatura, em que mais de 50% dos assinantes hoje usam a tecnologia de TV por satélite (como SKY, Telefônica e Oi), e não a de cabo. Serviços convergentes (voz, banda larga e vídeo) já são prestados pelas empresas de STFC, que competem com as empresas de cabo mesmo sem a mudança. Qual a razão da pressa, mudando só as regras do cabo?

Em segundo, o tema candente em pauta no setor de telecomunicações, hoje, é a massificação da banda larga, objetivo do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que pode utilizar o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) e as metas de universalização (PGMU) para tal. A regulação do conteúdo de TV, por sua

vez, é objeto do PLC 116, em discussão no Congresso. Todas essas novas regras estão inconclusas. Qual a razão de definir uma parte (o cabo) antes do todo (PNBL, PGMC, PGMU e PLC 116)? As políticas públicas são melhores quando guardam coerência entre si e com os objetivos que a sociedade demanda.

As principais alterações proposta na nova regulação do setor de cabo são: (I) introduzir o conceito de empresa com PMS, quando domina o mercado em que atua; (II) a criação de metas de cobertura para definir o percentual de domicílios que a empresa de cabo deverá cobrir em sua área; e (III) a liberação do número das licenças de cabo. O primeiro conceito, de PMS, foi criado para garantir a competição naquelas regiões onde apenas uma empresa possuía a rede que chega ao domicílio dos usuários.

Na União Europeia era, normalmente, a rede de telefonia fixa detida por apenas uma empresa (em geral um ex-monopolista estatal). As empresas com PMS foram obrigadas a compartilhar sua rede com empresas entrantes para viabilizar a concorrência. Não implicou obrigação de investimentos, índices de qualidade diferentes etc. É impróprio usar o PMS para atingir metas de cobertura, ele não é adequado para tal. Assim, as prestadoras do serviço de TV a cabo com PMS deverão atender determinado nível de cobertura; já as sem PMS terão obrigações leves. Sabe-se que a maioria dos municípios sem operadora de cabo, hoje, não viabiliza economicamente novos prestadores.

Desse modo, um operador entrante, que decidisse atuar em um desses municípios pequenos, terá PMS, pois será o único em sua região, logo, sujeito a obrigações de investimento, o que pode inviabilizar seu negócio. Ao passo que as concessionárias de telefonia fixa (com grande capacidade de investimentos) poderão entrar em mercados, rentáveis e já atendidos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas etc. quase sem obrigações, pois não terão PMS.

Se o objetivo é ampliar a cobertura, a Anatel, em vez da liberação ilimitada das licenças de cabo, poderia usar novas licenças como instrumento para incentivar investimentos, juntando mercados atrativos aos sem cobertura mínima. Já fez isso no passado com radiofrequências no serviço celular, empacotando áreas muito atrativas e outras carentes, e conseguiu bons resultados. Por que não repetir essa experiência?

ARTHUR BARRIONUEVO é professor de economia da FGV/SP, especialista em concorrência e regulação. **Folha de São Paulo, junho de 2011.**

É correta a decisão de abrir o mercado de TV a cabo para empresas de telefonia? SIM

Consumidor terá maior oferta de serviços (JOÃO REZENDE)

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (Anatel) é favorável à abertura do mercado de TV a cabo a todos os novos investidores, indistintamente, para estimular a ampliação da oferta do serviço e, conseqüentemente, tornar possível o acesso à banda larga para aproximadamente 4,4 milhões de novos domicílios - o que significará a inclusão digital de mais de 16 milhões de pessoas, conforme aponta recente estudo setorial.

Ao propor uma nova regulamentação para o serviço, a Anatel adotou como preceitos básicos que a TV a cabo é serviço de interesse coletivo, prestado no regime privado. Importante registrar que a própria Lei de TV a Cabo estabeleceu que as outorgas não têm caráter de exclusividade, em nenhuma área de prestação do serviço, o que deixa evidente a intenção do legislador de não fazer reserva de mercado e criar condições adequadas para a promoção da competição, essencial para a ampliação da oferta, com melhor qualidade e a menores preços para os usuários.

Na telefonia fixa, na telefonia móvel e na banda larga também não existem restrições à entrada de novos competidores. Na análise da Anatel, foram resguardadas todas as especificidades da Lei de TV a Cabo e, principalmente, levou-se em consideração que o serviço não envolve recursos escassos que limitem a sua prestação, ao contrário do que ocorre com as transmissões via satélite ou micro-ondas. Pela proposta, a prestação do serviço será possível a qualquer interessado, sem limite ao número de autorizações.

Atualmente, apenas 262 municípios são atendidos pela TV a cabo- ao mesmo tempo, existem na Anatel mais de mil pedidos de autorização para prestar o serviço, distribuídos por cerca de 600 municípios. A abertura do mercado de TV a cabo deve alavancar novos investimentos e proporcionar, segundo o estudo técnico, em três anos, receita adicional de R\$ 4,8 bilhões/ano ao setor, gerando uma arrecadação de ICMS, para os Estados, de R\$ 1,2 bilhão/ano e de cerca de R\$ 200 milhões/ano em tributos federais.

Entretanto, isso não é o mais importante para a Anatel. Na ótica da agência, o principal beneficiado é o consumidor - que passa a contar com maiores diversidade e oferta de serviços. Tão relevante quanto a inclusão de novos usuários são os avanços a serem obtidos em cultura e em educação, por meio da promoção da diversidade de opiniões e do estímulo à divulgação da educação, das artes e da cultura no país. As decisões da agência não confrontam qualquer dispositivo legal.

É fundamental salientar, ainda, que a proposta da Anatel está aberta à manifestação da sociedade, por um período de 40 dias de consulta pública. Todas as contribuições feitas serão devidamente respondidas

e divulgadas, com total transparência. Para a Anatel, a ampliação da oferta do serviço de TV a cabo, em contraste com a tendência monopolista, é um estímulo à convergência que hoje se discute no Senado, por meio do PLC 116.

O debate em curso no Congresso amolda o futuro e amplia as possibilidades convergentes na telecomunicação. Certamente, o projeto legislativo deverá ir além da proposta da agência, e o ano de 2011 será um marco para todo o setor de telecomunicações no país e para a sociedade brasileira - tanto pelas decisões da Anatel como pelo trabalho do Senado Federal.

JOÃO BATISTA DE REZENDE, conselheiro da Anatel, é mestre em economia pela PUC-SP. Foi economista do Dieese, secretário da Fazenda de Londrina (Paraná) e presidente da Sercomtel Telecomunicações. Folha de São Paulo, junho de 2011.

Jantares inteligentes (LUIZ FELIPE PONDÉ)

VOCÊ JÁ foi a um jantar inteligente? Jantares inteligentes são frequentados por psicanalistas, artistas plásticos, músicos, atores, jornalistas, publicitários (com a condição de falar mal da publicidade), médicos (esses porque, como é sempre chique ser médico, não se dispensa médicos nunca), produtores, "videomakers", antropólogos, sociólogos, historiadores, filósofos.

Administrador de empresa não pega bem (a menos que tenha um negócio sustentável). Engenheiros, coitados, só vão se forem casados com psicanalistas que traduzem pra eles esse mundo de gente inteligente. Advogados podem ir porque é sempre necessário um cínico inteligente em qualquer lugar. Pedagogas, só se casadas com esses advogados e por isso talvez consigam bancar amizades chiques assim.

Ricos são sempre bem-vindos apesar de gente inteligente fingir que não gosta de dinheiro. Pobre só se for na cozinha, mas são super bem tratados. Claro, tem que ter um amigo gay feliz.

Essa gente é descoladíssima. Seus filhos estudam em escolas de esquerda, claro, do tipo que discute o modelo cubano de economia a R\$ 2 mil por mês. Quando viajam ficam em lugares que reúne natureza "pura", tradição (apenas como "tempero do ambiente") e pouca gente (apesar de jurarem ser a favor da democracia para todos, só gostam de passar férias onde o "povo" não vai).

Detalhe: é essencial achar todo mundo "ridículo" porque isso faz você se sentir mais inteligente, claro. Quanto à religião, católica nem pensar. Evangélicos, um horror. Espírita? Coisa de classe média baixa. Budista, cai muito bem. Judaica? Uma mãe judia deixa qualquer um chique de matar de inveja. Judaísmo não é religião, é grife. Mas o que me encanta mesmo são as "atitudes" que se deve ter para se frequentar jantares inteligentes assim. Claro, não se aceita qualquer um num jantar no qual papo cabeça é o antepasto. Quer saber a lista de preconceitos que pessoas inteligentes têm? Qualquer um desses "gestos" abaixo você pode ter, que pega bem com comida vietnamita ou peruana.

1) A Igreja Católica é um horror e o papa Bento 16 é atrasadíssimo. Claro que não vale ter lido de fato nada do que ele escreveu;

2) Matar Osama bin Laden sem julgamento foi um ato de violência porque terroristas são pessoas boazinhas que querem negociar a paz em meio a criancinhas;

3) Ter ciúmes é coisa de gente mal resolvida;

4) Se algum dia um gay lhe cantar e você se sentir mal com isso, você precisa rever seus conceitos porque gente inteligente nunca tem mal-estar com coisas assim;

5) Se seu filho for mal na escola, minta. Se alguém descobrir, ponha a culpa na professora, que é mal preparada pra lidar com crianças como seus filhos, que se preocupam com as baleias já aos 11 anos e discutem a África no Twitter;

6) Caso leve seus filhos à Disney, não conte a ninguém, pelo amor de Deus!;

7) Acima de tudo, abomine os Estados Unidos, ache Obama ótimo e vá à Nova York porque Nova York "não são os Estados Unidos";

8) Não seja muito simpático com ninguém porque gente simpática é gente carente e gente assim procura "eye contact" em festas. Um conselho: olhe sempre para um ponto no horizonte. Assim, se alguém falar com você, ela é que é carente;

9) Ache uma situação para dizer que você conhece uma cidadezinha no sul da Itália e lá ficou hospedado na casa de uma amiga brasileira casada com um italiano que defende o direito dos imigrantes africanos e odeia Silvio Berlusconi;

10) O ideal seria se você tivesse passaporte italiano também;

11) Se alguém falar pra você que não dá para pagar direitos sociais e médicos para imigrantes ilegais na Europa, considere essa pessoa um "reacionário de direita", mesmo que você não aceite sustentar alguém que não seja você mesmo e sua família (no caso da família nem sempre, claro);

12) No conflito israelo palestino, não tenha dúvida, seja contra Israel, mesmo que morra de medo de ir lá e não tenha lido uma linha sequer sobre a história do conflito;

13) Se você se sentir mal com a legalização do aborto, minta;

- 14) Deixe transparecer que só os outros transam pouco;
- 15) Seja ateu, mas blasé.

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, junho de 2011.

Dos três Porquinhos para As Reinações de Narizinho (MALU FONTES)

CINCO MESES após o início de um governo que, contrariando o tom da campanha eleitoral, vivia em lua de mel com a imprensa que antes lhe torcia o pescoço, e 23 dias após a Folha de S. Paulo estampar em uma manchete de domingo a multiplicação do seu patrimônio em mais de 20 vezes durante quatro anos de mandato parlamentar, o todo poderoso ministro da Casa Civil de Dilma Rousseff pediu para sair. Pediu, como se sabe, é modo de dizer, eufemismo do mundo da política, pois de coração partido ou não, o fato é que foi a presidente Dilma que o demitiu. De nada adiantou o apadrinhamento do ex-presidente Lula, que daria até mais um dedo para a permanência de Palocci. Assim que as primeiras pesquisas de popularidade apontaram que o gato subira no telhado, ou seja, que o enriquecimento fenomenal de Palocci em dois tempos começara a arranhar sua imagem perante a população, Dilma sabia que era ele ou ela.

Em um país em que se perde o respeito pelas pessoas do poder e pelas instituições todos os dias, mas não se perde nunca a piada, houve quem tenha achado uma sacanagem imperdoável o fato de que, na mesma noite em que todos os telejornais deveriam se deter em anunciar a despedida de Ronaldo Fenômeno dos gramados, Palocci tenha roubado parte da cena anunciando, também, a própria despedida. O mundo da política é mesmo indecifrável para o telespectador comum. Se era para ser demitido na terça-feira, fingindo demitir-se, por que e para que, então, tanto salamaleque e postergação para dar a primeira entrevista para a televisão na sexta-feira anterior, quando supostamente explicaria seu enriquecimento? Esperou a crise explodir, a presidente ficar com pecha de que Lula será uma sombra eterna em seu mandato, falou e não disse nada para no fim sair do mesmo jeito.

CHIQUEIRO - Como se não bastasse arrastar o escândalo tanto tempo com a barriga, Palocci saiu dizendo coisas esquisitas na TV. Disse, entre outras coisas que fazem pouco sentido para quem é pego pela terceira vez de calças curtas, senão abaixadas, no exercício do poder (escândalo em licitações na Prefeitura de Ribeirão Preto, frequência a uma casa de lobby e saliências em Brasília seguida da quebra de sigilo bancário de um caseiro pobre de marré deci que o viu por lá e enriquecimento assombroso em quatro anos), que se orgulhava da própria retidão moral e ética no Governo, que saía de cabeça erguida e que o está fazendo para preservar o diálogo. Só se foi para preservar o diálogo com os seus clientes da empresa miraculosa de consultoria, em nome dos quais ele preferiu cair de pobre a revelar os nomes. E ele tem razão de erguer a cabeça, pois com tantos milhões no bolso que motivos teria, em se tratando de Brasil, para andar cabisbaixo e sorrateiro?

Embora ainda seja cedo para diagnósticos acerca do perfil de uma gestão que dura quatro anos, a queda de Palocci, uma indicação das vísceras do ex-presidente Lula, e a decisão de Dilma em nomear para substituí-lo uma mulher de perfil técnico e curta carreira política (como ela mesma), talvez seja um indicador da marca Dilma, visto que a montagem da equipe se deu sob a influência plena de Lula. Com Palocci fora do Governo, vai pelo ralo a história dos três porquinhos da equipe de transição que enchiam os olhos da presidente, responsável pelo apelido. José Eduardo Dutra, que não ganhou nenhum ministério, saiu da presidência do PT por razões de saúde. Palocci acabou de cair por ter milhões demais para quem compartilha da intimidade do chiqueiro do poder e agora resta apenas José Eduardo Cardozo, o ministro da Justiça, que outro dia demitiu ao vivo, no Fantástico, um integrante da Polícia Rodoviária Federal porque o coitado, defendendo o seu trabalho, foi exibido no Fantástico, graças ao expediente de uma fala gravada com câmera escondida, dizendo que homens de sua equipe haviam sido tirados dos postos nas estradas para fazer firula no Rio de Janeiro, durante a invasão do Complexo do Alemão. Como se isso, a firula, não fosse verdade.

BOLERÃO - Saem os três porquinhos e entra a Narizinho de TAILLEUR CHANEL. Gleisi Hoffmann é uma mulher do tipo que Dilma adora: nariz empinadíssimo, literalmente, técnica, pulso firme do tipo que em menos de seis meses estreado um mandato no Senado já foi apelidada de pit bull e ganhou fama de ser um trator, por, entre outras coisas, colocar o dedo em riste para mandar calar a boca senadores com caspas nas ombreiras, desses dados a defender seus argumentos aos gritos quando a interlocutora é mulher. E, para contrariar quem adora traçar características estereotipadas de mulheres poderosas, tem um casamento estável de mais de 15 anos, dois filhos pequenos, um currículo de executiva invejável, guarda-roupa impecável, é louríssima e está muitíssimo longe de ser feia e burra. Sim, e apesar de estar no PT desde criancinha, Gleisi não tem língua presa, ostenta uma dicção doce e nos trinques. As revistas femininas, que precisam de uma musa por estação, vão adorar e fazer a festa. Dá um perfil do consumidor e tanto.

Para dar uma mãozinha aos humoristas palacianos, Gleisi Hoffmann é casada com o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Não se via um casalzinho de ministros desde o *affair* de péssimo gosto entre Zélia Cardoso de Melo e o adúltero Bernardo Cabral, que caíram de amores ao som do bolerão datado Besame Mucho durante o Governo Collor, aquele que, para Sarney, caiu por um acidente da História do Brasil, algo que não deveria ter acontecido.

MALU FONTES é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 12 de junho de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. maluzes@gmail.com